

# PROJETO DE PESQUISA: A HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA NOS CURRÍCULOS DE SÃO PAULO E PARANÁ

Nathalia Fernandes Vieira <sup>1</sup>  
Paulo Eduardo Dias de Mello <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A presença da disciplina de História no currículo escolar está ligada ao papel da escola na construção de uma identidade nacional. O currículo desta disciplina representa, portanto, uma eleição de como deve configurar-se a identidade nacional – o que deve ser pertencimento e o que deve ser alteridade. Após a Independência do Brasil, em 1822, desejava-se construir uma identidade pertencente à Europa branca e cristã - no currículo eurocêntrico quadripartite não havia espaço para o “outro”, negligenciando-se até mesmo o ensino de História do Brasil. O currículo de História sofreu diversas modificações ao longo dos anos, mas pode-se dizer que sua estrutura identitária manteve-se eurocêntrica, reduzindo o lugar dos povos não-europeus na História universal.

Ao longo de sua trajetória, o ensino de História atravessou diferentes debates acerca de seus propósitos e conteúdos. Formulada em meados do século XIX como disciplina que funda a “genealogia da nação”, com o passar do tempo a História recebe novas propostas de orientação de objetivos e organização de conteúdos. História Sagrada, História Universal, História do Brasil, História da Civilização e História da América. Essa última, História da América, ganha suas primeiras formulações no final do século XIX, com o lançamento do primeiro livro didático de História da América no ano de 1900, o “Compêndio de História da América”, de Rocha Pombo. Para Circe Bittencourt, que se dedicou ao estudo da História da produção didática sobre História da América, a data desse compêndio é significativa, pois é o momento em que o regime republicano está se estabelecendo no Brasil e levando o país a um alinhamento com as outras nações da América (BITTENCOURT, 1996, p. 211-213).

O ensino de História da América, de início, como vimos, foi relacionado à História do Brasil. Em 1942, no entanto, a História do Brasil passa a ser uma disciplina autônoma, o que significa a transferência da História da América para a História Universal, como mais um de tantos temas a serem ensinados. Nos anos 50, a conjuntura mundial está passando por grandes transformações, com os Estados Unidos ascendendo como nova potência mundial e ditando sua Política da Boa Vizinhança baseada no ideal do Pan-americanismo, que incentiva a criação da OEA e da CEPAL. Na década de 1960, porém, a História da América já passa a ser vista como “perigosa”,

**Resumo:** Este projeto de pesquisa propõe analisar o contexto de ensino de História da América Latina nas Redes Estaduais de Educação de São Paulo e Paraná por meio da comparação dos conteúdos, competências, habilidades, abordagens teórico-metodológicas e avaliações relacionados à História da América Latina nas “Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná – História – Ensino Fundamental II” e no “Currículo do Estado de São Paulo – Ciências Humanas e suas Tecnologias – História – Ensino Fundamental II”, a partir da tabulação destes dados e posterior análise. Estes resultados serão confrontados com um “currículo mínimo” de História da América Latina a ser definido pela pesquisadora a partir de pesquisa bibliográfica. O objetivo é investigar se o processo de elaboração de cada Currículo influencia na quantidade e qualidade dos conteúdos de História da América Latina, já que os dois documentos foram resultado de processos muito diversos, e se estes atingem o “currículo mínimo” definido pela pesquisa.

1 Mestra em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bacharela e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo.

2 Orientador. Doutor e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em História (PPGH/UEPG) e também do Programa do Mestrado Profissional em História (PROFHIST/UEPG).

principalmente após a Revolução Cubana e suas ressonâncias no continente. E a escola passa a ser um espaço “para todos”, o que obriga o governo a ter outro olhar sobre o que ali era ensinado. Assim, durante a Ditadura Civil-Militar, a História da América passa ser basicamente uma disciplina acadêmica, e não mais uma disciplina escolar autônoma, vendo seus conteúdos serem diluídos na chamada História Geral, ou vinculada à algum tópico que serve para dar um maior enquadramento aos acontecimentos da História do Brasil.

Compreendendo a identidade coletiva como uma construção histórica a partir da memória coletiva, podemos considerar o currículo como uma arena de disputas pelo direito à memória. A disputa é pelo que deve ser lembrado, ou “como” deve ser lembrado, e o que deve ser esquecido. O ensino de História tem, pois, mais do que uma função social – tem uma função política enquanto mecanismo de construção de identidades. A História seria um aparelho de convencimento ideológico que refletiria o pensamento dos grupos dominantes da sociedade, contribuindo para a manutenção de sua dominação, tudo em prol de um projeto conservador de sociedade.

Dentro deste contexto de disputas pela memória, os currículos brasileiros frequentemente deixaram de lado o ensino de História da América Latina. O Brasil e o restante da América Latina apareceram e aparecem como apêndices de uma “História Universal” eurocêntrica. Podemos dizer, por isso, que o nosso currículo foi e continua sendo um currículo colonizado, que contribui com a manutenção da América Latina na periferia mundial.

A inserção do Brasil no contexto histórico latino-americano tem como objetivo problematizar identidades múltiplas no sentido mais amplo do pertencimento, buscando minimizar o isolamento cultural entre as nações latino-americanas. A História brasileira, para descolonizar-se, deve ser sincronizada com a História latino-americana, legando ao europeu o papel do “outro” e encontrando uma periodização própria e sincrônica.

O debate sobre o conteúdo e a apresentação dos conteúdos relacionados à História da América Latina em currículos estaduais do Brasil faz-se necessário à medida que o currículo, vivido ou normativo, é capaz de influenciar os rumos de todo o processo educativo. É preciso analisar quem determinados conhecimentos representam, pois o conhecimento, por sua forma e conteúdo, pode contribuir para

afirmar hierarquias, reproduzir estereótipos, disseminar subjetividades imbricadas politicamente. Esta pesquisa entende o conhecimento, portanto, como um discurso sobre o mundo, um discurso produzido socialmente.

Compreendendo este papel político do Currículo, o Setor Educacional do Mercosul aprovou, no ano de 1996, o “Compromisso de Brasília: Metas do Plano Trienal para o Ano 2000”, que continha metas e desafios para o Setor. Seu objetivo foi a viabilização de uma aproximação regional, sendo a meta número 1 a “compatibilização de aspectos curriculares e metodológicos a partir de uma perspectiva regional”, enxergando como aspectos chave desta integração uma mudança na perspectiva do ensino de História e Geografia e a implantação do ensino das línguas oficiais do Mercosul. Com este intuito foi criado também o Grupo de Trabalho sobre Ensino de História e Geografia no Mercosul. No entanto, apesar dos esforços e compromissos para promover a regionalização do ensino de História nos países integrantes do Mercosul, os currículos brasileiros parecem ignorar esta tendência, continuando a segregar a História do Brasil, desconsiderando-a como parte de um contexto regional.

## OBJETIVOS

Sendo esta uma pesquisa comparativa entre Currículos estaduais, pretendemos investigar em primeiro lugar se há diferenças entre os conteúdos relacionados à História da América Latina presentes nos dois documentos. Ao tabular os conteúdos da disciplina de História no Ensino Fundamental II especificados nos Currículos dos Estados de São Paulo e Paraná relativos à História da América Latina e suas respectivas competências e habilidades (São Paulo) e abordagens teórico-metodológicas e avaliações (Paraná), deverá ser possível estabelecer as diferenças e semelhanças entre as abordagens de ambos.

Em um segundo momento, a partir de pesquisa bibliográfica, deve ser possível estabelecer um “currículo mínimo” de História da América Latina que deveria constar nos currículos brasileiros com o objetivo de construir uma identidade nacional ligada não somente à Europa, mas também e principalmente à América do Sul (como pretende o Setor Educacional do Mercosul) e de forma mais ampla, à América Latina.

Uma hipótese a ser observada e investigada

nesta pesquisa é de que o processo de elaboração de cada Currículo influencia em sua abordagem da História da América Latina. O Currículo do Estado de São Paulo foi elaborado sem intervenção dos professores da Rede Estadual, por acadêmicos da área contratados por uma Fundação, enquanto as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná são resultado de debates que envolveram os professores da Rede e gestores. Aborda-se mais conteúdos de História da América Latina em um do que no outro? Ou ambos são deficientes neste quesito? A hipótese final a ser verificada é de que existe uma carência extrema de conteúdos relacionados à História da América Latina e de que, quando existentes, estes são apresentados como meros apêndices de uma História “Universal” eurocêntrica.

## METODOLOGIA

A primeira fase da pesquisa consistirá em tabular os dados das fontes de pesquisa. Serão tabulados os conteúdos da disciplina de História no Ensino Fundamental II especificados nos Currículos dos Estados de São Paulo e Paraná relativos à História da América Latina e suas respectivas competências e habilidades (São Paulo) e abordagens teórico-metodológicas e avaliações (Paraná). Esta tabulação servirá de base para uma descrição comparativa destes currículos.

A segunda fase da pesquisa terá como objetivo definir um “currículo mínimo” de História da América Latina. A partir de pesquisa bibliográfica, a pesquisadora deverá investigar quais conteúdos os acadêmicos da área de ensino de História da América Latina consideram que deveriam fazer parte de um currículo que promova a integração da História do Brasil à História da América Latina. Os dados obtidos na primeira fase da pesquisa servirão de base para uma comparação com este “currículo mínimo” definido por esta pesquisa.

Para investigar a razão de haverem tais diferenças e semelhanças entre um e outro currículo, será necessária uma pesquisa sobre o processo de elaboração de cada currículo e uma investigação sobre como as diferenças nestes processos podem haver influenciado na inclusão ou exclusão de conteúdos, competências, habilidades e a escolha de diferentes abordagens teórico-metodológicas. Por essa razão, essa análise fundamenta-se nos referenciais teóricos e metodológicos da chamada História das Disciplinas Escolares e da História do Currículo.

A História das Disciplinas Escolares é o campo que estuda o que é ensinado e como é ensinado nas escolas através dos tempos. Embora pareça-nos natural a organização da escola em disciplinas escolares, ela tem uma historicidade, ou seja, mudou e muda ao longo do tempo e em diferentes contextos. Os mais reconhecidos pesquisadores do campo são o francês André Chervel e o inglês Ivor Goodson. Ambos negam a interpretação de que o conhecimento escolar é uma mera “transposição” do conhecimento das ciências de referência. Para eles, não deve existir uma hierarquização do conhecimento, onde se colocaria o conhecimento produzido nas universidades acima daquele produzido dentro das escolas, mas entendem que a escola é um lugar de produção de um saber próprio com finalidades próprias. A esse saber chamamos “saber escolar”, que, além de englobar as finalidades, as práticas e os métodos de cada disciplina, passa também pelo “saber docente”, ou seja, o saber que cada docente traz de sua formação profissional e experiência. Sobre o saber docente, temos como referência as pesquisas do canadense Maurice Tardif e da brasileira Ana Maria Monteiro.

Uma das dimensões importantes da história das disciplinas escolares reside em sua valorização dos diferentes sujeitos que atuam na construção de uma disciplina escolar. Não apenas o Estado, a Academia, mas um conjunto de indivíduos e instituições são fundamentais para a configuração de uma disciplina. Outra contribuição importante refere-se a consideração acerca das múltiplas dimensões do saber escolar, como saber a ser ensinado, saber apreendido, e saber avaliado. Este trabalho entende as disciplinas escolares nesta perspectiva e buscará desvelar sujeitos e instituições envolvidos na constituição da disciplina de História da América, bem como irá trabalhar com os discursos normativos da disciplina organizados em seus objetivos, conteúdos, métodos e propostas de avaliação da aprendizagem.

Segundo Tomás Tadeu da Silva duas questões ocupam as discussões sobre o currículo: o que ensinar e quem queremos formar? As perspectivas tradicionais tomavam a resposta à questão “o que ensinar?” como dada, e, se concentravam na questão do “como ensinar”. Para essas perspectivas, “teorizar” o currículo resumia-se em discutir as melhores e mais eficientes formas de organizá-lo. Esses primeiros estudos sobre o currículo datam do início do século XX, nos Estados Unidos, com Franklin John Bobbitt, que entendia que a escola deveria funcio-

nar como uma indústria, com objetivos, métodos e mensuração de resultados, e John Dewey, que já entendia que a escolarização deveria ser voltada à construção da democracia, levando em conta os interesses dos jovens. A teoria de Bobbitt, voltada à eficiência produtiva da escola, fez mais sucesso e teve mais repercussões.

Na década de 60 vão surgir as teorias críticas do currículo em diversos países, fazendo parte de um contexto de contracultura, efervescência do movimento estudantil e dos movimentos de direitos civis. Nessa linha temos Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Michael Apple, Henry Giroux, Basil Bernstein, entre outros. No limiar do século XXI temos as teorias pós-críticas do currículo, que posicionam-se avessas à homogeneização cultural, reivindicando um currículo onde o conhecimento seja ligado à construção de uma identidade multicultural de gênero, etnia, sexualidade, subjetividade, entre outros. A partir dos anos 1960 também surgiram em nações não-europeias os teóricos pós-coloniais. O pós-colonialismo vai contra os discursos que consideram que vivemos em um mundo descolonizado, acreditando que o mundo contemporâneo vive hoje ainda as consequências das diversas experiências colonizadoras europeias. Estes teóricos, como Frantz Fanon, Homi Bhabha, Paulo Freire e Edward Said, reivindicam o lugar das culturas não-europeias na construção das identidades.

A partir das teorias críticas e pós-críticas o currículo passou a ser entendido como um campo ético e moral, trazendo novas indagações relacionadas aos porquês: por que esse conhecimento faz parte do currículo e não outro? Por que alguns conhecimentos são considerados válidos e outros não? Quais são os interesses e as relações de poder que fazem com que uns conhecimentos sejam excluídos e outros não? Nesse sentido cabe perguntar: por que a História da América, enquanto saber histórico específico deve ser parte integrante do currículo escolar? Que História da América? Qual o conceito de História da América está sendo defendido no currículo escolar?

Por sua vez, essas indagações sobre devem ser feitas tendo em vista o contexto histórico no qual a disciplina se insere ou não no currículo escolar. O campo da História do Currículo estuda justamente a historicidade dos documentos oficiais que guiam o ensino escolar. Da mesma forma como não se pode tomar como natural a divisão do conhecimento escolar em disciplinas, também o currículo não é

natural e tomou diversas formas ao longo do tempo e nos diferentes contextos. Portanto, segundo essa perspectiva o currículo não pode ser separado da totalidade do social; devendo ser entendido em seu contexto histórico e sociocultural. Ele não é atemporal, ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes da sociedade e da educação (Goodson, 1994), é um “artefato histórico” (Silva, 1999).

A historicização do currículo adverte que ele não é um elemento neutro/natural, mas sim uma construção social que está vinculada às relações de poder, que registrada em documentos formais/legais, veicula visões sociais particulares e intencionais, operando uma “seleção cultural” daquilo que deve constituir os conteúdos escolares desenvolvendo determinadas formas de raciocínio em detrimento de outras, privilegiando certos conteúdos, relegando alguns e silenciando sobre outros e, portanto, produzindo exclusões (Moreira, 1995; Silva, 1999).

A crítica ao currículo, nessa perspectiva, é um ato inevitavelmente político que busca desvendar as relações entre o poder, a ideologia, o controle social e a forma como os conhecimentos são selecionados, organizados e tratados pela escola. A crítica histórica busca desvelar a trajetória da disciplina e o caráter disputado e construído sobre seus objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Como afirma Bitencourt (2000) “Porque se a escola é, justamente, um cenário onde as sociedades disputam memórias possíveis sobre si mesmas; é em torno dos conteúdos e formas de se ensinar e aprender a História escolar que essas disputas se explicitam.”

A disciplina de História, em seu início, foi ligada ao Latim, que era central no currículo de Humanidades, até chegar a ser uma disciplina autônoma com conhecimento sistematizado. Para estudar os caminhos pouco lineares da disciplina, temos o campo da História do ensino de História. No Brasil, esse campo consolidou-se a partir dos anos 1980, com a realização de eventos que congregaram os pesquisadores da área, como o I Encontro Perspectivas do Ensino de História, realizado em 1988. Vemos na contemporaneidade uma riqueza de pesquisas no campo, abrangendo a formação de professores, as memórias e representações de professores, a historiografia, o livro didático, os saberes escolares, as práticas, os usos de filmes, quadrinhos, música, fotografia, a educação patrimonial, a História regional, as questões de gênero, a didática da História, o ensino de História indígena, africana e afro-brasileira, a



interdisciplinaridade, e outros.

A pesquisa da História do ensino de História ganha novo significado em um momento que a própria permanência da História como disciplina escolar vem sendo questionada no Brasil. Desta forma, surgem diversas vertentes de pesquisas de historiadores que defendem a manutenção da disciplina na Educação Básica. Temos importantes pesquisadores do campo, como Circe Bittencourt, Marcos Silva, Helenice Ciampi, Kazumi Munakata, Luis Fernando Cerri, Katia Abud, Raquel Glezer, Maria Auxiliadora Schmidt, Claudia Ricci, Maria do Carmo Martins, Antonia Terra, Paulo Eduardo Dias de Mello, Antonio Simplicio de Almeida Neto, entre outros.

## FONTES

Como já descrito anteriormente, esta pesquisa se utilizará de duas fontes para comparação e cruzamento de informações: as “Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná – História – Ensino Fundamental II” e o “Currículo do Estado de São Paulo – Ciências Humanas e suas Tecnologias – História – Ensino Fundamental II”. As fontes servirão para a tabulação de dados referentes aos conteúdos, competências, habilidades e abordagens teórico-metodológicas contidos nestes documentos curriculares. As fontes serão utilizadas em suas versões mais atuais por serem aquelas que estão sendo usadas atualmente na prática de sala de aula de seus respectivos Estados.

Os Currículos dos Estados do Paraná e São Paulo foram escolhidos para comparação por serem produtos de diferentes processos de elaboração. O Currículo paranaense foi resultado de um longo processo desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná que envolveu toda sua Rede Estadual. Este processo foi composto de eventos nos Núcleos Regionais de Educação que geraram discussões coletivas entre os anos de 2004 a 2008. Os professores da Rede tiveram a oportunidade de fazer leituras críticas das versões preliminares das Diretrizes durante Semanas Pedagógicas e enviar pareceres sobre elas. Assim produziu-se um documento que se coloca como um ponto de partida para a organização das Propostas Pedagógicas Curriculares de cada escola da Rede Estadual.

A elaboração do Currículo paulista faz parte do Programa “São Paulo Faz Escola” e foi delegada a uma Fundação, tendo a coordenação de acadêmicos de cada área do conhecimento para a elaboração

de seus componentes. O professor foi esvaziado do debate, assim com todos os outros sujeitos da gestão escolar. Diferente das Diretrizes paranaenses, o Currículo do Estado de São Paulo não é um ponto de partida para o currículo escolar de fato, mas um conjunto de recursos que devem ser seguidos obrigatoriamente por todos os professores da Rede – Cadernos do Professor, Cadernos do Aluno e Currículo.

A questão a ser investigada a partir destas fontes é: as diferenças entre a forma de elaboração destes currículos geram alguma diferença na abordagem da História da América Latina? Um currículo elaborado por professores apresenta mais ou menos conteúdos relacionados à História da América Latina do que um currículo elaborado por acadêmicos?

## REFERÊNCIAS

ALVES, Tamar Kalil de Campos. Os percursos do ensino de História da América no Brasil nos currículos de História.

ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a Educação Brasileira. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

ARIAS NETO, José Miguel; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (org.). Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas. Vinhedo: Horizonte, 2015.

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. As ideias de América, América Latina, latino-americano e o Ensino de História. In: Em Tempo de Histórias (PPGHIS/UnB), nº 28, Brasília, Jan-Jul 2016.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (org.). Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras. Coleção Formação de Professores. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BEIRED, José Luis Bendicho. A pesquisa de História da América: sua trajetória nas Universidades paulistas (1942-2004). Revista de História 153, 2º - 2005, p. 35-52. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19005> > Acesso em fevereiro de 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. IOKOI,

Zilda Marcia Gricoli (orgs.). Educação na América Latina. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez. 2011.

\_\_\_\_\_. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. Revista Eletrônica da Anphlac, nº 4, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ufflch.usp.br/anphlac/article/viewFile/1365/1236>> Acesso em fevereiro de 2015.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Daniela Vallandro de; MEDEIROS, Elisabeth Weber. O ensino de História da América Latina a partir das novas abordagens historiográficas. In: Anais da XII Jornada Nacional de Educação. UNIFRA: Santa Maria, 2006.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CIAMPI, Helenice. GODOY, Alexandre Pianelli. NETO, Antonio Simplicio de Almeida. SILVA, Ilíada Pires da. O currículo bandeirante: a Proposta Curricular de História do estado de São Paulo, 2008. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.29, nº58, p. 361-382, 2009.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da. ZAMBONI, Ernesta. A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina. In: Revista Práxis Educativa, v. 8, n. 2, p. 419-441. UEPG: Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em fevereiro de 2015.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. DIAS, Maria de Fatima Sabino. VERISSIMO, Marise da Silveira. Trajetória e Perspectivas do Ensino de História da América: reflexões a partir do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História e do Acordo de

Cooperação Brasil-Argentina. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, nº4, 2005, p. 16-34. Disponível em: <<http://revistas.ufflch.usp.br/anphlac/article/view/1359>> Acesso em fevereiro de 2015.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. A “Invenção da América” na Cultura Escolar. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000120857>> Acesso em fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. O Ensino de História da América e a construção da Identidade Latino-americana. In: Anais da I ANPED Sul. UFSC, 1998. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1998/Educacao\\_e\\_historia/Trabalho/09\\_19\\_11\\_o\\_ensino\\_de\\_historia\\_da\\_america.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1998/Educacao_e_historia/Trabalho/09_19_11_o_ensino_de_historia_da_america.pdf)> Acesso em fevereiro de 2015.

GIROUX, Henry A.. Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOODSON, Ivor F. La construcción social del currículum: Posibilidades y ámbitos de investigación de la Historia del Currículum. In: Revista de Educación, nº 295, p. 7-37, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1991.

\_\_\_\_\_. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Irene Ferreira e outros. 1ªed: 1924. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LUIGI, André Santos. O Ensino de História da África: interfaces entre a legislação federal e o Currículo de História do Estado de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2015.

MELLO, Paulo Eduardo Dias. Um Currículo num campo de tensões: a Proposta curricular de História para o 2º grau da CENP/SP. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

SAID, Edward. Orientalismo – O Oriente como

invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

## **FONTES**

BRASIL. Ministério da Educação. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1997.

SEE/PR. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História. Paraná: SEE, 2008.

SEE/SP. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Currículo do Estado de São Paulo – Ciências Humanas e suas tecnologias. São Paulo: SEE, 2010.

MERCOSUL. Compromisso de Brasília: Metas do Plano Trienal para o Ano 2000. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/finish/6-tratados-tratados/417-compromisso-de-brasilia.html>> Acesso em fevereiro de 2015.